Sumário

Capítulo 1 Introdução **1**

Capítulo 2 Abolicionismo, Direito Penal Mínimo e Movimento de Lei e Ordem **5**

2.1. O Abolicionismo 5

2.2. O Movimento de Lei e Ordem 12

2.2.1. Direito Penal do Inimigo 18

2.3. O Direito Penal Mínimo 25

Capítulo 3 Enfoques Criminológicos **31**

3.1. Introdução 31

3.2. Principais Áreas de Estudo do Criminólogo 32

3.3. Teorias Criminológicas 35

3.3.1. Teoria do delito como eleição 35

3.3.2. Teorias das influências 37

3.3.3. As predisposições agressivas 40

3.3.4. O aprendizado da delinquência 42

3.3.5. Teoria do etiquetamento *(labeling approach)* 42

3.3.6. Bullying 44

3.4. Conclusão 45

Capítulo 4 Conceito de Princípios **47**

4.1. O Caráter Normativo dos Princípios 50

Capítulo 5 Princípios Fundamentais do Direito Penal do Equilíbrio **55**

5.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana 55

5.1.1. A Concepção Normativa da Dignidade da Pessoa Humana 57

5.1.2. O Desrespeito ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana pelo Próprio Estado 60

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.1.3. A Relativização do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana 61
5.2. Princípio da Intervenção Mínima 62
5.2.1. Teoria do Bem Jurídico como Fundamento da Intervenção Mínima 64
5.2.1.1. O Critério de Seleção dos Bens Jurídico-Penais e a Criação Típica 66
5.2.2. Da Natureza Subsidiária do Direito Penal 73
5.3. Princípio da Lesividade 77
5.4. Princípio da Adequação Social 83
5.5. Princípio da Insignificância 86
5.5.1. Origem e Natureza Jurídica do Princípio da Insignificância 87
5.5.2. O Princípio da Insignificância nos Tribunais Superiores 93
5.6. Princípio da Individualização da Pena 93
5.7. Princípio da Proporcionalidade 99
5.7.1. A Pena Necessária 101
5.7.2. A Pena Suficiente 105
5.8. Princípio da Responsabilidade Pessoal 107
5.9. Princípio da Limitação das Penas 111
5.9.1. Da Pena de Morte 113
5.9.2. Da Pena de Caráter Perpétuo 115
5.9.3. Da Pena de Trabalhos Forçados 116
5.9.4. Da Pena de Banimento 118
5.9.5. Das Penas Cruéis 119
5.10. Princípio da Culpabilidade 121
5.11. Princípio da Legalidade 127
5.11.1. *Nullum Crimen Nulla Poena Sine Lege Praevia* 130
5.11.2. *Nullum Crimen Nulla Poena Sine Lege Scripta* 132
5.11.3. *Nullum Crimen Nulla Poena Sine Lege Stricta* 133
5.11.4. *Nullum Crimen Nulla Poena Sine Lege Certa* 137

CAPÍTULO 6 A SELETIVIDADE DO DIREITO PENAL 141

CAPÍTULO 7 IMPLEMENTAÇÃO DAS FINALIDADES SOCIAIS DO ESTADO COMO FATOR INIBIDOR DA PRÁTICA DE INFRAÇÕES PENAIS 147

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO 8 A IDEIA DA RESSOCIALIZAÇÃO 153
8.1. A Ressocialização sob o Enfoque do Direito Penal do Equilíbrio 158

CAPÍTULO 9 CONCLUSÃO 163

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 167

ÍNDICE REMISSIVO 173

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br